

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

173 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 10 a 14/07/2023

1. CIMEIRA DA NATO- VILNIUS	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	2
Lei da restauração da natureza	2
Organismo de ética da UE	3
Ingerência estrangeira: reformas no Parlamento para reforçar a transparência	3
Estado de direito - resolução sobre a reforma eleitoral na Polónia	4
Outros debates e resoluções	5
3. PRIORIDADES DO TRIO DE PRESIDÊNCIAS E DA PRESIDÊNCIA BELGA	5
4. CONSELHO DA EUROPA - UE: RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO DE ISTAMBUL	5
5. COMISSÃO EUROPEIA DIREITOS DAS VÍTIMAS	6
6. COMISSÃO EUROPEIA PACTO ECOLÓGICO EUROPEU	6
7. COMISSÃO EUROPEIA - ESTRATÉGIA SOBRE A WEB 4.0 E MUNDOS VIRTUAIS	7
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Conselho dos Assuntos Gerais	8
Reunião informal dos ministros do Ambiente	8
Reunião informal dos ministros da Energia	8
Cimeira UE-Japão	9
Eurogrupo	9
Reunião informal dos ministros dos Assuntos Sociais	9
Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN)	10
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da União Europeia	10

1. CIMEIRA DA NATO- VILNIUS

Realizou-se, entre os dias 10 e 12 de julho em Vilnius, a **Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)**, cujo programa integral pode ser consultado [aqui](#), bem como todos os detalhes do encontro [aqui](#).

Na véspera da Cimeira, teve lugar uma reunião entre o Presidente turco, Recep Tayyip Erdoğan, o Primeiro-Ministro sueco, Ulf Kristersson, e o Secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, para fazer o ponto de situação relativamente às questões suscitadas pela Turquia no âmbito do processo de **adesão da Suécia** à Aliança Atlântica.



No final desse encontro, foi publicado um comunicado (disponível [aqui](#)) onde se pode ler (ponto 7) que, com base nas garantias prestadas, *“e tendo em conta os imperativos de dissuasão e de defesa da zona euro-atlântica, a Turquia transmitirá o Protocolo de Adesão da Suécia à Grande Assembleia Nacional e trabalhará em estreita colaboração com esta para assegurar a sua ratificação.”* Recorde-se que apenas a Turquia e a Hungria ainda não ratificaram a adesão da Suécia à NATO, acordada na anterior Cimeira da NATO, realizada em julho de 2022 em Madrid.



© NATO

Além disso, o tema central desta Cimeira foi o **apoio da NATO à defesa da Ucrânia** contra a agressão da Federação russa, nomeadamente a perspectiva da adesão daquele país à Aliança. O **comunicado final** da Cimeira, disponível [aqui](#), refere que (ponto 11) a NATO apoia *“plenamente o direito da Ucrânia de escolher os seus próprios mecanismos de segurança.”* e que *“O futuro da Ucrânia está na NATO.”* Além disso, reafirma-se *“o compromisso que assumimos na Cimeira de 2008 em Bucareste de que a Ucrânia se tornará membro da NATO e reconhecemos hoje que o caminho da Ucrânia para a plena integração euro-atlântica ultrapassou a necessidade do Plano de Ação para a Adesão. A Ucrânia tem vindo a tornar-se cada vez mais interoperável e politicamente integrada na Aliança e tem feito progressos substanciais no seu percurso de reforma.”* indicando que *“Estaremos em posição de estender um convite à Ucrânia para aderir à Aliança quando os Aliados estiverem de acordo e as condições estiverem preenchidas.”*

No ponto 12 do comunicado, a NATO afirma que *“A segurança da Ucrânia é de grande importância para os Aliados e para a Aliança.”* e que, para apoiar a maior integração da Ucrânia na NATO foi acordado um pacote substancial de apoio político e prático alargado. Aqui se inclui a **criação do Conselho NATO-Ucrânia**, *“um novo órgão conjunto em que os Aliados e a Ucrânia têm assento como membros iguais para promover o diálogo político, o empenhamento, a cooperação e as aspirações euro-atlânticas da Ucrânia à adesão à NATO. Este órgão*

permitirá consultas, tomadas de decisão e atividades conjuntas e servirá também como mecanismo de consulta em caso de crise entre a NATO e a Ucrânia.”



© NATO

Por ocasião da Cimeira, a *Foreign Affairs* publicou um artigo do Secretário-Geral da NATO, intitulado *A Stronger NATO for a More Dangerous World What the Alliance Must Do in Vilnius—and Beyond*, disponível [aqui](#).

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE¹

Teve lugar esta semana, em Estrasburgo, a sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), destacando-se os seguintes debates:

Lei da restauração da natureza

Demos nota, na Síntese n.º [171](#), da [rejeição](#) desta proposta de regulamento na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) do PE, e da subsequente submissão a Plenário. Referimos, igualmente, que este dossiê tem suscitado uma intensa discussão em Bruxelas (notícia do *Politico* [aqui](#) e [aqui](#)), incluindo sobre a importância central que tem para as prioridades políticas da Comissão Europeia (detalhe [aqui](#)).

Apesar da referida rejeição em Comissão, o **PE aprovou esta quarta-feira a sua posição sobre a [lei da UE relativa à restauração da natureza](#)** com 336 votos a favor, 300 votos contra e 13 abstenções, após ter [debatido](#) o tema na terça-feira. A votação para rejeitar a proposta da Comissão não foi aprovada (312 votos a favor, 324 votos contra e 12 abstenções). Nos termos deste Regulamento, a UE deverá adotar, até 2030, medidas de recuperação que abranjam, pelo menos, 20 % das suas zonas terrestres e marítimas, defendem os eurodeputados.

O PE sublinha que a restauração do ecossistema é fundamental para combater as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, reduzindo também os riscos para a segurança alimentar, salientando que esta legislação deverá contribuir para o cumprimento dos compromissos internacionais da UE, em particular o [Quadro Global](#)

¹ Fonte: Serviço de imprensa do PE.

[de Biodiversidade Kunming-Montreal](#). Com esta aprovação, o PE poderá agora iniciar negociações com o Conselho sobre este regulamento. A resolução está disponível [aqui](#).

Organismo de ética da UE

O PE [adotou uma resolução](#) (365 votos a favor, 270 contra e 20 abstenções), na qual considera que **a proposta para o organismo de ética para as instituições da UE apresentada recentemente pela Comissão Europeia é «insatisfatória»**, "ficando aquém de um verdadeiro organismo de ética», conforme foi [pedido pelo Parlamento há dois anos](#). O PE criticou a falta de ambição desta proposta e sugere que este organismo de ética possa:

- ser autorizado a efetuar investigações sobre casos individuais a pedido de uma instituição ou órgão da UE participante, abrangendo tanto pessoas com cargos políticos como funcionários de uma instituição ou órgão da UE participante;
- ter poderes para emitir recomendações de sanções que se tornariam públicas após a adoção da decisão final da instituição ou órgão relativamente a um dos seus membros;
- poder receber e avaliar declarações de interesses e de património, e desempenhar um papel de sensibilização e orientação;
- ser composto exclusivamente por nove peritos independentes em matéria de ética seleccionados pelas suas competências e experiência, lamentando o PE que a Comissão tenha proposto apenas cinco peritos independentes para integrar o organismo (um por instituição da UE), limitados à posição de observadores.

Os Deputados lamentam também que a proposta não abranja o pessoal das instituições, que já está sujeito a [obrigações comuns](#), e salientam a necessidade de o organismo proteger os denunciantes, em particular os funcionários públicos europeus. A resolução está disponível [aqui](#). No que diz respeito aos trabalhos do PE para reforçar a sua transparência, integridade e responsabilização, os Deputados assinalam que está em curso uma revisão de procedimentos para lidar com as violações das regras (em particular ao Código de Conduta). Salientam que, nas recentes alegações de corrupção, as organizações não-governamentais (ONG) terão sido utilizadas como veículos de ingerência estrangeira e apelam a uma revisão urgente da regulamentação existente, com o objetivo de tornar as ONG mais transparentes e responsáveis.

Defende-se, ainda, que haja uma pré-seleção financeira global para que as entidades sejam inscritas no [Registo de Transparência da UE](#), uma análise mais aprofundada aos incidentes de «portas giratórias» que envolvam ONG em termos de conflitos de interesses e que os futuros membros do organismo de ética se abandonem os dossiês relativos ao trabalho de ONG das quais tenham recebido remuneração. Esta matéria é desenvolvida com maior detalhe no ponto seguinte.

O PE participará nas negociações com o Conselho e com a Comissão, tendo a presidente Roberta Metsola a representá-lo, utilizando a sua resolução de 2021 como base para a posição negocial do Parlamento. As negociações deveriam ficar concluídas até ao final de 2023.

Ingerência estrangeira: reformas no Parlamento para reforçar a transparência

A [Comissão Especial sobre a Ingerência Estrangeira, a Desinformação e o Reforço da Integridade no PE](#) foi incumbida de redigir um relatório sobre esta matéria, na sequência da [resolução aprovada em sessão plenária em 15 de dezembro de 2022](#). Complementa [o conjunto de medidas tomadas e em preparação por outros órgãos do PE](#).

Este [relatório](#) foi aprovado esta semana por 441 votos a favor, 70 votos contra e 71 abstenções, e solicita uma rápida revisão do Código de Conduta dos Deputados, incluindo sanções eficazes. Considera-se que o Código

deve proteger os denunciantes de forma mais eficaz e reforçar as regras em matéria de conflitos de interesses, declarações de património e divulgação dos rendimentos paralelos, bem como proibir trabalho secundário remunerado para entidades que constem do [Registo de Transparência](#).

Considera-se que as tentativas de interferir na democracia são um «fenómeno generalizado que tem de ser combatido da forma mais vigorosa possível», e alerta-se para as «inúmeras lacunas nas regras de integridade e de transparência do Parlamento» e apelam a que a [proposta de 14 pontos](#) da presidente Roberta Metsola para reformar as regras do Parlamento se traduza em ações concretas o mais depressa possível.

Por outro lado, o PE assinala que países como «*o Catar, Marrocos, a China, a Rússia, os Emirados Árabes Unidos (EAU), a Sérvia e a Turquia investiram fortemente em atividades de representação de interesses em Bruxelas*». Salientam que a ingerência estrangeira não pode ficar «isenta de consequências», apelando à suspensão de todas as propostas legislativas e não legislativas sobre a cooperação com as autoridades estatais que tentam interferir, incluindo o financiamento da UE. Neste contexto, o âmbito e o controlo do [Registo de Transparência](#) devem ser alargados e todos os Deputados devem declarar as reuniões agendadas com representantes de grupos de interesses, incluindo as reuniões com representantes diplomáticos de países terceiros.

Finalmente, propõe-se que o novo [organismo de ética da UE](#) verifique se os antigos Deputados cumprem o período de incompatibilidade de seis meses e o seu acesso ao Parlamento deve ser revogado se exercerem pressão sobre o Parlamento em nome de países de alto risco.

Estado de direito - resolução sobre a reforma eleitoral na Polónia

O PE aprovou uma resolução esta semana em que manifesta a sua [preocupação com a recente reforma eleitoral na Polónia](#) e criticou fortemente a «Comissão de Estado para a análise da ingerência russa», considerando que esta deve ser suprimida ou suspensa e alterada. Esta resolução surge na sequência do [debate](#) de 14 de junho.

A Polónia vai realizar eleições legislativas no outono e o PE considera que as alterações ao Código Eleitoral polaco são profundamente preocupantes, nomeadamente a possível discriminação das pessoas que votam no estrangeiro e o facto de a Câmara do Supremo Tribunal polaco encarregada de questões eleitorais «não poder ser considerada um tribunal independente e imparcial».

A resolução insta as autoridades polacas a alinharem os seus procedimentos na realização de eleições com os da [Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa](#) e com outras normas democráticas internacionais. O Parlamento pede a realização de uma missão de observação eleitoral em larga escala durante as próximas eleições parlamentares, enquanto a UE avalia as regras em vigor.

No que diz respeito à «Comissão de Estado para a análise da ingerência russa na segurança interna da Polónia» de 2007 a 2022 (órgão administrativo com poderes para impedir indivíduos de cargos públicos), o Parlamento Europeu insta as autoridades polacas a revogarem o ato pertinente ou, pelo menos, a suspenderem os seus efeitos até que a Comissão de Veneza tenha emitido o parecer solicitado pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e a legislação alterada em conformidade.

Esta legislação ficou conhecida como «Lex Tusk» pois, de acordo com os críticos, visa figuras da oposição, incluindo o antigo primeiro-ministro polaco Donald Tusk. Se o ato permanecer em vigor, a Comissão deve instaurar um processo acelerado por infração e solicitar medidas provisórias ao Tribunal de Justiça da UE, sustentam os eurodeputados.

O Parlamento aprovou a resolução por 472 votos a favor, 136 votos contra e 16 abstenções.

Outros debates e resoluções

- [Mediterrâneo: melhoria da ação da UE nas missões de busca e salvamento;](#)
- [Transparência no acesso a documentos públicos](#)
- [Aprovação da proposta para fornecer mais munições à Ucrânia](#)
- [Alargamento da UE: avaliação dos progressos da Albânia e da Bósnia-Herzegovina](#), nomeadamente o relatório do Deputado português Paulo Rangel (PPE) sobre este último.
- [Impulsionar a indústria de semicondutores na UE](#)

3. PRIORIDADES DO TRIO DE PRESIDÊNCIAS E DA PRESIDÊNCIA BELGA

O Comité Consultivo Federal para os Assuntos Europeus do Parlamento belga organizou uma audição com a Ministra dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus, Hadja Lahbib, para apresentação do ponto da situação dos trabalhos preparatórios para a Presidência belga do Conselho da UE, de janeiro a junho de 2024. A ministra indicou que existem duas componentes: legislativa e estratégica. No âmbito da componente estratégica, existem seis domínios: política externa, Estado de direito e democracia, economia, Europa social, transição ecológica e futuro da UE.

Durante a troca de pontos de vista com a Ministra, os membros debateram, entre outros, os seguintes temas:

- o programa do trio e a cooperação entre a Espanha, a Bélgica e a Hungria;
- a participação do público no contexto da Presidência e da Conferência sobre o Futuro da Europa;
- na vertente legislativa: celebração de acordos comerciais e novos recursos próprios;
- na componente estratégica: o impacto na legislatura 2024-2029, a autonomia estratégica, o Estado de direito, os OGM, a agricultura, a política de alargamento, as relações com África, a Europa social e a Turquia;
- envolvimento das regiões na preparação da Presidência.

A gravação da reunião pode ser consultada, em francês e neerlandês, [aqui](#).

4. CONSELHO DA EUROPA - UE: RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO DE ISTAMBUL

A União Europeia ratificou, no passado dia 28 de junho, a **Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica** (consultar [aqui](#)), conhecida como "Convenção de Istambul".

Numa cerimónia no Palais de l'Europe, na presença da Secretária-Geral Marija Pejčinović Burić, o Embaixador Márten Ehnberg, Representante Permanente da Suécia junto do Conselho da Europa (Presidência em exercício do Conselho da União Europeia), e Helena Dalli, Comissária Europeia para a Igualdade, depositaram o instrumento de aprovação.



5. COMISSÃO EUROPEIA | DIREITOS DAS VÍTIMAS

A iniciativa lançada esta semana pela Comissão Europeia visa [reforçar os direitos das vítimas](#) em toda a União Europeia, para que recebam apoio, acedam à informação, procurem justiça e obtenham uma indemnização. A reforma desta matéria abrange:

- Garantir que as vítimas **sejam corretamente informadas acerca dos seus direitos** e dotadas dos recursos necessários para denunciar um crime, nomeadamente através da criação de uma linha de apoio universal para as vítimas com um número de telefone à escala da UE: 116 006 e da criação de um sítio Web abrangente, que também deverá permitir conversação e mensagens de correio eletrónico;
- **Reforçar as medidas de segurança adaptadas às necessidades específicas** das vítimas vulneráveis (como as crianças, os idosos, as pessoas com deficiência, as vítimas de crimes de ódio ou as vítimas detidas);
- **Facultar o acesso a serviços de apoio especializados às vítimas vulneráveis**, como apoio psicológico gratuito;
- **Facilitar o acesso à justiça**, assegurando que as vítimas beneficiem de suficiente assistência judiciária e tenham capacidade para contestar as decisões proferidas em processo penal que afetam os seus direitos, independentemente do seu estatuto durante este processo;
- **Garantir o acesso efetivo à indemnização**, assegurando às vítimas uma indemnização imediatamente após a sentença. As vítimas devem ter o direito de obter uma decisão de indemnização a cargo do autor do crime no âmbito do processo penal (sem que seja necessário recorrerem a outro processo) e o Estado deve pagar a indemnização diretamente à vítima, solicitando posteriormente o seu reembolso ao autor do crime.

6. COMISSÃO EUROPEIA | PACTO ECOLÓGICO EUROPEU

A Comissão Europeia propôs [medidas para tornar o transporte de mercadorias mais eficiente e sustentável](#), melhorando a gestão da infraestrutura ferroviária, oferecendo incentivos mais fortes aos camiões com baixo nível de emissões e uma melhor informação sobre as emissões de gases com efeito de estufa provenientes do transporte de mercadorias.

No que se refere à eficiência da capacidade ferroviária, o [regulamento proposto otimizará](#) a sua utilização, melhorará a coordenação transfronteiras, aumentará a pontualidade e a fiabilidade e, em última análise, atrairá mais empresas de transporte de mercadorias para o transporte ferroviário. As regras atuais em matéria de gestão da capacidade são decididas anualmente, a nível nacional e manualmente, provocando esta abordagem fraturada atrasos nas fronteiras. Sobre os novos incentivos à utilização de camiões com baixo nível de emissões, a revê as regras, a fim de permitir um peso adicional para os veículos que utilizam tecnologias de emissões nulas, uma vez que tendem a aumentar o peso de um veículo, o que incentivará a adoção de veículos e tecnologias menos poluentes, assim como a utilização de mais cabinas aerodinâmicas e de outros dispositivos de poupança de energia. A proposta proporcionará também clareza sobre a utilização no tráfego transfronteiriço, em determinadas condições, de veículos mais pesados e mais longos, atualmente autorizados em alguns Estados-Membros. A Comissão propõe ainda uma abordagem metodológica comum para as empresas calcularem as suas emissões de gases com efeito de estufa se optarem por publicar estas informações ou se forem convidadas a partilhá-las por razões contratuais, baseando-se a [metodologia](#) na norma ISO/CEN recentemente adotada para a quantificação e comunicação das emissões de gases com efeito de estufa resultantes do funcionamento das cadeias de transporte de passageiros e mercadorias (CountEmissionsEU).

As secções de **perguntas e respostas** sobre o tema encontram-se disponíveis [aqui](#).

7. COMISSÃO EUROPEIA - ESTRATÉGIA SOBRE A WEB 4.0 E MUNDOS VIRTUAIS

Em 11 de julho de 2023, a Comissão adotou uma [nova estratégia sobre a Web 4.0 e os mundos virtuais](#) para orientar a próxima transição tecnológica e assegurar um ambiente digital aberto, seguro, fiável, justo e inclusivo para os cidadãos, as empresas e as administrações públicas da UE.



©EuropeanCommission

A estratégia está em consonância com os objetivos do [programa estratégico para a Década Digital](#) e com três dos seus principais pilares da digitalização: [competências, empresas e serviços públicos](#). O quarto pilar, as [infraestruturas](#), é abordado no [pacote «Conectividade» da Comissão](#) e nos seus esforços mais vastos em matéria de computação, computação em nuvem e capacidades periféricas. Aborda igualmente a abertura e a governação mundial dos mundos virtuais e da Web 4.0 como uma vertente de ação específica. Aborda igualmente as questões da abertura e da governação global dos mundos virtuais e da Web 4.0 no quadro de vertentes de ações específicas.

1. **Capacitar as pessoas e reforçar as suas competências** para promover a sensibilização, facilitar o acesso a informações de confiança e criar uma reserva de talentos de especialistas do mundo virtual.
2. **Empresas: apoiar o desenvolvimento de um ecossistema industrial europeu da Web 4.0** para promover a excelência e combater a fragmentação. Não existe ainda um ecossistema da UE que reúna os diferentes intervenientes na cadeia de valor dos mundos virtuais e da Web 4.0. A Comissão propôs a criação de uma Parceria sobre Mundos Virtuais no quadro do Horizonte Europa, possivelmente a partir de 2025, para promover a excelência em matéria de investigação e desenvolver um roteiro industrial e tecnológico para os mundos virtuais.
3. **Governo: apoiar o progresso societal e os serviços públicos virtuais de modo a tirar partido das oportunidades proporcionadas pelos mundos virtuais.** A UE já está a investir em iniciativas importantes, como DestinE (Destino Terra), Gémeos Digitais Locais para comunidades inteligentes ou a plataforma europeia Digital Twin Ocean, a fim de permitir aos investigadores que promovam avanços científicos, às indústrias que desenvolvam aplicações de precisão e às autoridades públicas que tomem decisões informadas em matéria de política pública.
4. **Definir as normas mundiais para mundos virtuais e uma Web 4.0 abertos e interoperáveis**, a fim de garantir que não sejam dominados por apenas alguns grandes intervenientes. A Comissão instituirá um diálogo com todas as partes interessadas na governação da Internet e promoverá a adoção de normas para a Web 4.0 que estejam em sintonia com a sua visão e os seus valores.

A secção de [Perguntas e resposta](#), bem como a [Ficha informativa sobre a Web 4.0 e os mundos virtuais](#) e a [Ficha informativa: Como desenvolver mundos virtuais justos e desejáveis - a perspetiva dos cidadãos](#) fornecem mais detalhes sobre esta matéria..

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho dos Assuntos Gerais

O [Conselho](#) realizou um debate de orientação sobre a revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, proposta pela Comissão em 20 de junho de 2023. O próximo debate de orientação sobre o tema terá lugar no dia 19 de setembro. A Presidência apresentou os seus planos de trabalho no que toca à avaliação do diálogo anual do Conselho sobre o Estado de direito, tendo sido desenvolvida uma [abordagem mais estruturada](#) do diálogo, que envolve a realização regular de debates horizontais e específicos por país sobre a evolução do Estado de direito em toda a UE, recorrendo aos relatórios anuais da Comissão sobre o Estado de direito. A Comissão apresentou assim o seu relatório de 2023 sobre o Estado de direito, publicado em 5 de julho, e em setembro o Conselho deverá realizar um debate mais aprofundado sobre o capítulo horizontal do relatório da Comissão sobre o Estado de direito, estando previsto para outubro um debate específico por país que abrange cinco Estados-Membros. A Comissão informou igualmente os ministros sobre a sua proposta de criação de um [organismo interinstitucional de ética](#). Por fim, a Presidência apresentou aos ministros as [prioridades](#) do seu mandato.

Reunião informal dos ministros do Ambiente

Os [Ministros do Ambiente da União Europeia](#) reuniram-se durante dois dias em Valladolid, na primeira reunião ministerial informal da Presidência Espanhola do Conselho da UE.

Durante o primeiro dia, os ministros debateram a biodiversidade e a poluição por plásticos nos oceanos. Debateram também a forma de responder às alterações climáticas. A reunião discutiu o quadro para a recuperação da natureza proposto pela Comissão, que é atualmente objeto de um vivo debate entre as instituições europeias e os países da UE. Para a Presidência espanhola, o compromisso com a recuperação da natureza é o melhor seguro europeu para garantir a capacidade de produção do sector primário nas próximas décadas.

O segundo dia foi uma sessão de trabalho conjunta com os ministros da energia, na qual a Presidência espanhola facilitou o diálogo entre os ministros da energia e do ambiente da UE e a próxima Cimeira do Clima (COP28) no Dubai, para que o Acordo de Paris continue a ser viável.

No âmbito desta reunião, foram abordadas as expectativas da COP28 em relação ao objetivo de evitar um aumento da temperatura global de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, o papel que o sector da energia deve desempenhar para alcançar este objetivo e a importância de promover uma transição justa. Após a sessão conjunta realizada na Cúpula do Milénio, em Valladolid, os chefes dos Ministros do Ambiente e da Energia da UE-27 debateram a contribuição do sector energético para a Cimeira do Clima.

Reunião informal dos ministros da Energia

A [reunião informal dos Ministros da Energia da UE](#) em Valladolid abordou dois dos principais desafios deste Semestre Europeu: a autonomia estratégica aberta e o desenvolvimento de um mercado interno da energia integrado e digitalizado. Numa reunião que decorreu durante dois dias na capital castelhana, os líderes da UE-27 reafirmaram que a promoção das energias renováveis, com base na transformação do modelo económico, será essencial para alcançar a descarbonização total da economia europeia até 2050.

A Vice-Presidente do Governo e Ministra da Transição Ecológica e do Desafio Demográfico, Teresa Ribera, anfitriã da reunião, destacou a importância dos elementos que contribuirão para alcançar os objectivos desejados. *"Sabemos da importância das matérias-primas críticas para alcançar a descarbonização da economia europeia. A Agência Internacional da Energia acaba de revelar que a procura de alguns destes materiais estratégicos, como o lítio, disparou a nível mundial. Para a Autonomia Estratégica Aberta, a Europa deve avançar não só no domínio dos materiais críticos da UE na fonte, mas também no processo de reciclagem e reutilização desses materiais"*, explicou a Ministra na conferência de imprensa.

No que diz respeito ao mercado da eletricidade, e com a concretização de um mercado interno da energia integrado e digitalizado no horizonte, os ministros da energia abordaram os desafios que a UE terá de enfrentar a curto prazo e Teresa Ribera reafirmou a sua intenção de conseguir "um apoio aceitável de todos os Estados-Membros" para um texto com um elevado conteúdo técnico que exige que todos cedam nas suas posições. *"A Espanha considera que não devemos prejudicar nenhum Estado-Membro, mas isso significa que todos os Estados-Membros, que todos os governos devem compreender que têm de ceder posições para facilitar um acordo que seja aceitável para os outros"*, sublinhou Teresa Ribera.

Cimeira UE-Japão

O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em representação da UE, encontraram-se com o Primeiro-Ministro japonês, Fumio Kishida, na [29.ª Cimeira UE-Japão](#), em Bruxelas. Foi adotada uma declaração conjunta (disponível [aqui](#)), em que a UE e o Japão manifestaram a sua satisfação com os progressos registados nas suas relações bilaterais e comprometeram-se a trabalhar em conjunto para promover a paz, a segurança, o Estado de direito e os valores democráticos, garantir a prosperidade e a segurança económica, promover a digitalização centrada no ser humano, combater as alterações climáticas, alcançar um desenvolvimento sustentável e reforçar a segurança sanitária

Eurogrupo

O Eurogrupo debateu a situação económica e orçamental na área do euro e as orientações de política orçamental para 2024, dando seguimento às suas [orientações orçamentais de março](#). Paschal Donohoe, presidente do Eurogrupo, notou que *"Chegámos a acordo sobre a necessária orientação orçamental da área do euro para 2024. Trata-se de prosseguir uma consolidação orçamental determinada, gradual e realista que inclua reformas, mas que também procure aumentar o investimento através de fontes privadas e públicas, bem como através do apoio e dos instrumentos da UE."* O Eurogrupo adotou uma [declaração sobre a orientação orçamental da área do euro para 2024](#), tendo em vista a preparação dos orçamentos nacionais do próximo ano.

Os ministros prosseguiram os seus debates sobre o [euro digital](#), na sequência do [pacote legislativo relativo à moeda única](#) publicado pela Comissão Europeia em 28 de junho. O Presidente do Eurogrupo declarou que *"Um euro digital tem tudo a ver com a evolução natural da nossa moeda comum. Não se trata, de forma alguma, de acabar com o numerário. Trata-se de oferecer uma versão digital do numerário num mundo cada vez mais digital. Obviamente, há ainda um longo caminho a percorrer até vermos o euro digital nas nossas carteiras virtuais. Mas hoje foi um momento importante de discussão política, de uma forma democrática, sobre a forma como a nossa moeda pode evoluir."* As propostas da Comissão serão objeto de debates políticos aprofundados no Parlamento Europeu e no Conselho.

Reunião informal dos ministros dos Assuntos Sociais

Nos dias 13 e 14 de julho, realizou-se em Madrid a [reunião ministerial informal sobre emprego e políticas sociais da UE](#). As sessões de trabalho centraram-se nas principais prioridades da Presidência espanhola no domínio do emprego e das políticas sociais: Reforçar o diálogo social; troca de experiências nacionais e evolução das políticas de cuidados na UE; : sociedade civil e diálogo social, teletrabalho e maior proteção para os trabalhadores independentes; os avanços nas políticas de cuidados da UE, que procuram mudar o modelo para uma

abordagem comunitária e centrada na pessoa. Além disso, a tónica é colocada na análise dos investimentos sociais que geram melhores resultados. O detalhe desta reunião informal está disponível [aqui](#).

Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN)

O [Conselho](#) debateu a proposta da Comissão Europeia sobre um pacote ajustado para a próxima geração de recursos próprios, e procedeu a uma troca de pontos de vista sobre o [apoio financeiro à Ucrânia](#) no contexto do [orçamento de longo prazo da UE](#) (Quadro Financeiro Plurianual).

Teve, ainda, lugar uma troca de pontos de vista sobre a [implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana no PE será dedicada às atividades das [comissões parlamentares](#), com destaque para a reunião interparlamentar organizada pela Subcomissão de Direitos Humanos DROI relativa à *Coordenação entre as delegações da UE e as embaixadas dos Estados-Membros da UE em matéria de direitos humanos em países terceiros*, assim como a votação do relatório sobre *Parlamentarismo, cidadania europeia e democracia* na Comissão de Assuntos Constitucionais.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) será no dia [19 de julho](#), com destaque para a preparação do Estado da União.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 17.07: [Cimeira UE-CELAC](#); [Reunião informal dos ministros da Agricultura e das Pescas](#);
- 19.07: [Reuniões ministeriais internacionais](#)
- 20.07: [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); [Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos](#)

Bruxelas | 14 de julho de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).